

1. Pelas veredas de uma teia

1.1. Civilizar: uma palavra de ordem

“[...] enquanto certas idéias não penetrarem a massa da população, enquanto não se tornarem populares, muito difícil é que se estabeleçam e adquiram o desenvolvimento de que são suscetíveis. Quando elas se identificam porém com o modo geral de sentir, as coisas com facilidade se conseguem e caminham quase por si mesmas.”¹

O futuro Visconde do Uruguai, componente da chamada Trindade Saquarema, a consagrada liderança do Partido Conservador que desde meados dos anos de 1830 conduzia o Estado imperial, já enunciava a necessidade de que determinadas idéias impregnassem a população para que “as coisas caminhassem por si mesmas”. Mais claramente, pode-se entender que Paulino se referia à necessidade de que “as coisas”, ou seja, a administração, a economia, a justiça, a instrução pública, as instituições, a educação, a cultura, a organização da sociedade, o processo de formação da classe senhorial sob a regência de um conjunto de princípios selecionados pelas lideranças políticas que assumiram a condução do Império, atingissem um padrão por ela definido como ideal, estágio que atingido na metade do século XIX, significava a afirmação da Ordem imperial, condição fundamental para que o Império do Brasil se consolidasse como uma nação civilizada que vivenciava o progresso, meta desses dirigentes, mais apropriadamente dizendo, seu horizonte de expectativa².

A concepção de progresso professada pelos dirigentes da sociedade imperial se pautava na idéia de que “o curso da civilização contava, desde o início, com um gradual crescimento do bem estar ou felicidade, com a melhora do indivíduo e da humanidade, constituindo um movimento em direção a um objetivo desejável” (Binetti, apud Bobbio, Matteuti e Pasquino, 2004, p.1009).

¹ PAULINO José Soares de Sousa. 1838. (apud Mattos, 1994, p.238).

² KOSELLECK (2006, p. 305-327) apresenta as categorias “experiência” e “expectativa”, que se relacionam, respectivamente, às categorias de espaço e de tempo, como um par de conceitos tão vinculados entre si que inexistente a possibilidade de uma alternativa. Todas as categorias que trabalham com a idéia de possibilidade têm que se constituir por experiência e expectativa.

Ressalte-se que para que se formasse e se afirmasse essa concepção, originária do século XVIII, era necessário que houvesse uma finalidade, na concretização da qual se achava a medida do Progresso. Binetti prossegue em seu trabalho e relata que essa concepção de progresso está vinculada ao desenvolvimento das ciências e à potencialização da racionalidade humana por meio da difusão da cultura, de uma evolução dos costumes e do caráter dos homens. Sob essa perspectiva o Progresso conduziria à Civilização pelos desdobramentos dele decorrentes.

Está evidenciada a indissociável relação entre Progresso e Civilização, concepções que trazem em si a idéia de evolução, referem-se ao desenvolvimento da atividade social e da atividade individual, ao progresso da sociedade e ao progresso da humanidade e se reportam ao

“[...] abrandamento dos costumes, educação dos espíritos, desenvolvimento da polidez, cultura das artes e das ciências, crescimento do luxo. Para os indivíduos, os povos, a humanidade inteira, ela designa em primeiro lugar o processo que faz deles civilizados, e depois o resultado cumulativo desse processo”³.

Concepções que perpassaram o século XIX e cujo domínio se ampliava acentuadamente em função da evolução do sistema capitalista, que ao passar do estágio industrial ou liberal para a fase monopolista deflagrara inúmeras, profundas e expressivas transformações de matrizes diversas e em ritmo acelerado, marcando o tempo com a velocidade e com a voracidade do novo. É necessário que se considere que também o Império do Brasil vivenciou, no decorrer dos anos situados na metade desse século, um tempo - sob ângulos diversos - verdadeiramente privilegiado.

O ano de 1850 não assinalou no Brasil apenas a metade do século (Fausto, 1996, pp. 197-200); foi o ano em que foram implantadas várias medidas que procuraram acelerar a marcha do Império em direção à modernidade.

O Império exultava com os recursos provenientes da produção de café no Vale do Paraíba: o ouro verde tornara-se o agente da prosperidade nacional, o maior gerador de riquezas para a economia brasileira. Os tempos de parcos recursos e de grandes dificuldades ficaram circunscritos ao passado, aos idos de

³ STAROBINSKI, (2001, p.14). É sob essa ótica que trabalharei, ao longo dessa dissertação, com as duas concepções acima apresentadas, associando-as sempre às mais elevadas preocupações dos dirigentes saquaremas que tomaram para si a responsabilidade de conduzir o Império a esse horizonte. Portanto, está implícita a concepção de um lento processo de educação e de depuração de costumes.

1820, 1830 e a alguns anos da década de 1840, momento em que as nossas tradicionais lavouras de exportação haviam perdido espaço no mercado internacional, o que acentuou o desequilíbrio de nossas balanças comercial e de pagamentos; houve também um acentuado aumento da dívida externa do Império, para o que em muito contribuíram os subseqüentes empréstimos contratados junto aos banqueiros ingleses, devido às fortes tensões que eclodiam quase ininterruptamente ao longo do Período Regencial e que colocaram em risco a Ordem.

Mas houve muito mais! Os recursos disponibilizados pela exportação de café provinham não mais maciçamente da Inglaterra, mas - e em escala expressiva - dos Estados Unidos, da França, da Alemanha, da Bélgica e de outros países que estavam imersos em um significativo desenvolvimento econômico. Esses recursos, acrescidos aos que foram disponibilizados pelo fim do tráfico intercontinental de escravos determinado pela Lei Eusébio de Queirós e pela Tarifa Alves Branco - que multiplicara a receita do governo em meados da década anterior - possibilitaram a ocorrência de uma intensa atividade urbana: surgiram bancos e caixas econômicas, casas comerciais importadoras e pequenas indústrias, cafés e confeitarias; as casas comissárias se multiplicaram, bem como empresas de navegação a vapor e as estradas de ferro, que serviam principalmente ao transporte do café. Os negócios floresciam rapidamente; o Império atravessava um tempo marcado pela prosperidade.

A Lei Eusébio de Queirós, a aprovação da Lei de Terras, o início da imigração, o incremento do contingente de brancos livres e pobres, o aumento do trabalho assalariado e do mercado interno e a ampliação das camadas médias foram elementos constitutivos e, ao mesmo tempo, desdobramentos do crescimento econômico de meados do século.

O país estava imerso no processo de modernização capitalista, especialmente notado nas suas áreas mais dinâmicas.

Mas os dirigentes do Estado imperial tinham muito mais do que se regozijar. O fim dos transtornos das décadas de 1830 e 1840, que trouxeram em si múltiplas e graves ameaças à integridade do território, ao centralismo, ao próprio regime monárquico, à preservação da escravidão e dos monopólios da camada dominante, ao modelo de organização da sociedade pautado por hierarquias rígidas e diversas; houve também a derrota dos elementos exaltados e as

divergências que se estabeleceram no seio dos conservadores, condições que permitiram que os liberais aderissem à proposta do Marquês de Paraná, da qual decorreu o gabinete da Conciliação, que se estendeu de 1853 a 1856, clima que se renovou no início dos anos de 1860.

Em 1855 Justiniano José da Rocha escreveu - para servir ao país, como foi por ele registrado - um folheto, um trabalho meditado e amplamente desenvolvido, de caráter pedagógico, paradigmático e pragmático, voltado para os que estavam à frente do governo, alertando-os sobre a fase a que o Império havia chegado, o estágio ideal, o período da Transação, momento em que

“[...] se realiza o progresso do espírito humano, e se firma a conquista da civilização [...] fase [...] que exige mais prudência, mais tino, mais devoção dos estadistas a quem é confiada a força governamental e a alta direção dos públicos negócios”.⁴

J.J. da Rocha voltou seus olhos para o passado recente, tempo marcado por tensões decorrentes de lutas que refletiam tanto o elemento democrático em conflito deflagrado com o elemento monárquico - de 1822 a 1831 – quanto uma ação democrática triunfante entre 1831 a 1836, quando se iniciou a reação monárquica cujo triunfo ocorreu entre 1840 e 1852, escudado no centralismo, viga mestra do conservadorismo que se impôs para dar combate à descentralização dos anos anteriores; nesse momento havia um dever a ser cumprido, “acudir a nossos irmãos da extrema setentrional do império, salvar a unidade brasileira, e comprimir a bárbara selvageria que ameaçava a civilização” (apud, Magalhães Junior, 1956, p.189).

Tal foi realizado, a Ordem foi reafirmada e “a grande lei do progresso achou-se cumprida”⁵; a evolução se efetivava e o Império, pelos caminhos do triunfo monárquico caminhava para a Transação, que se iniciou em 1852, tempo de extinção de paixões e de ódios, sintomas eloqüentes “de que a sociedade havia chegado a um período de calma e de reflexão”⁶ que, uma vez consolidado, testemunharia um tempo em que emergiriam as altas questões, “as questões de política, de governo, de alta administração” de tal forma que realizados esses

⁴ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo de. **Três panfletários do segundo reinado**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, Coleção brasileira, 1956. p. 163-164.

⁵ Ibidem, p.199.

⁶ Ibidem, p. 216.

assuntos, “poderá a nação brasileira caminhar segura para os grandes destinos que a esperam”⁷.

O triunfo monárquico consolidara a Ordem imperial, obra da “geração de 1800-1833” (Mattos, 1994, p.118), composta por todos aqueles que formavam a direção saquarema, e pelos que com ela estivessem envolvidos, como Nabuco de Araújo, Saraiva, Zacarias, Cotegipe, José de Alencar, Paranhos, Varnhagen, Gonçalves de Magalhães, Manoel de Araújo Porto Alegre, Vitor Meirelles e Pedro Américo entre outros que, construtores e consolidadores do Império, tinham seus olhos voltados para a Europa, de onde chegavam ao Brasil as grandes referências a serem seguidas, em especial os paradigmas de Ordem, Progresso e Civilização.

Por Saquaremas, entenda-se o conjunto formado pelos conservadores fluminenses, organizados ao redor de Joaquim José Rodrigues Torres – futuro Visconde de Itaboraí, Paulino José Soares de Souza – futuro Visconde do Uruguai e Eusébio de Queirós, os homens que dirigiam o Partido Conservador, respaldados pelos que pontificavam no Senado: Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Honório Hermeto Carneiro Leão. Contavam, ainda, com o precioso apoio de José da Costa Carvalho, na Província de São Paulo. Os três primeiros, conhecidos como a Trindade Saquarema, configuraram o Estado imperial, tendo-lhe imprimido uma direção moral e intelectual. Há a acrescentar que esse processo de direção do Estado imperial se estendeu de fins dos anos 30 ao início dos anos 60, tendo atingido seu apogeu em meados do século (apud Mattos, 1994, p. 102).

Para que se tenha a real dimensão desse momento, a expressividade de que ele foi revestido pelos conservadores, deve-se trazer ao texto a contribuição de Capistrano de Abreu que, em 1850, afirmou que “o Imperador sentir-se-ia bem” (apud Mattos, 1994, p.13), evidenciando a tendência de se reduzir o Império à pessoa do Imperador, sentimento comum aos dirigentes do Estado imperial e àqueles que com eles interagiam, para os quais a Coroa se tornara o verdadeiro Partido.

A monarquia constitucional e o centralismo tornavam-se, então, poderosos agentes mantenedores da Ordem sob a perspectiva da fração da boa sociedade que

⁷ Ibidem, p. 217.

se colocou à frente da construção do Estado imperial. O Visconde do Uruguai evidenciou, em 1862, a relevância do centralismo associando a ele a unidade da Nação e a unidade do poder, sendo ele o elemento que transporta “às extremidades do corpo social aquela ação que, partindo de seu coração e voltando a ele, dá vida ao mesmo corpo” (apud Mattos, 2006, p. 11).

Contrapor-se a toda e qualquer agitação de teor revolucionário, agir com prontidão e com energia, “parar o carro da revolução”, no dizer de Bernardo Vasconcelos (apud Mattos, 2006, p.8), sempre que ele se pusesse em movimento, valendo-se, de acordo com a recomendação de Paulino, de “ todos os meios para salvar o país do espírito revolucionário, porque este produz a anarquia e a anarquia destrói, mata a liberdade a qual somente pode prosperar com a ordem” (apud Mattos, 1994, p.146).

Para que a Ordem se afirmasse era necessário, indissociável, que aqueles que estavam à frente do Estado imperial difundissem a Civilização, pela preservação de um padrão cujas origens se encontravam no período colonial e cujas bases se assentavam sobre as relações escravistas.

Nesse ponto cabe elucidar o que significava, em meados do oitocentos, no Império do Brasil, manter a Ordem: tratava-se de preservar o perfil de uma sociedade pautada nas relações entre senhores e escravos⁸ - padrão já instalado no período colonial – e na propriedade da terra por um grupo minoritário e privilegiado, manter as condições que garantiam tanto a existência de uma massa de homens livres e pobres quanto a hierarquia em que se pautava essa sociedade, preservar a existência dos “três mundos” do Império do Brasil, resguardando a rígida e imprescindível hierarquia entre eles e no interior de cada um deles, manter o modelo primário exportador, zelar e garantir a integridade territorial do Império, preservar as relações com os países civilizados e capitalistas, manter a indiscutível autoridade da Coroa, tudo isso sob o símbolo maior do regime monárquico, o próprio Soberano. Manter a Ordem era essencial para a difusão da Civilização, elemento básico na formação do Povo e por isso, condição garantidora da vinculação desse Povo à ordem.

⁸ É pertinente trazer ao texto a colocação de Alonso (2007, pp. 23- 24) a esse respeito: “A escravidão nascera com o país [...]”, pois se constituía na base de sustentação da agricultura de exportação, centrada no latifúndio monocultor, espaço onde se encontram as raízes da formação da sociedade brasileira; por isso, se infiltrou em toda a vida social e por todo o território. Tornou-se, segundo a autora, “... uma segunda natureza, integrada na paisagem; meio e estilo de vida”.

Mas em que pensavam os que deram a direção do Segundo Reinado ao falarem em Povo? Pensavam nos brasileiros, aqueles que, segundo o artigo 6º. da Constituição de 1824, “no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos ou libertos; ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação”(apud Mattos, 2006, p.1).

Mas ao se voltar os olhos para a sociedade imperial, o que se vê é de uma complexidade que transcendia a divisão entre livres e escravos: diz-nos Alonso (2007, p.19) que no mais elevado patamar estavam os proprietários de terras, entre os quais havia grupos em projeção – como os cafeicultores de São Paulo, na segunda metade do século - e outros estagnados – os estancieiros da Província do Rio Grande do Sul -; havia os áulicos e uma aristocracia burocrática, “de talento”; havia comerciantes, empregados urbanos, profissionais liberais, funcionários do Estado. Havia, também, os outros. Há a destacar a questão da hierarquia, pois os nascidos no território do Império, livres ou libertos, não eram iguais. Os critérios classificatórios se baseavam em atributos como liberdade e propriedade - definidores de direitos civis e políticos – havendo, portanto, os homens livres e proprietários que compunham a boa sociedade⁹, os cidadãos ativos; logo a seguir estavam os homens livres e não proprietários, o povo mais ou menos miúdo, cidadãos não ativos e, por fim, os escravos, os não cidadãos.

Cabe acrescentar que a sociedade imperial, de base escravista, era composta por três grupos étnicos que eram vistos, pelos que eram brasileiros, como compondo nações diferenciadas e que no horizonte de expectativa da elite dirigente não havia vislumbre de que, como sugeriu sem sucesso José Bonifácio em 1823 “[...] (nós) venhamos a formar em poucas gerações uma Nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres respeitáveis e felizes [...]” (apud Mattos, 2004, p.9), projeto cuja derrota deu lugar à conformação da Nação brasileira, heterogênea, rigidamente hierarquizada, de matriz aristocrática, na qual as diferenças tornaram-se sinônimo de desigualdades e que conviveu no mesmo território com outras nações, a elas se sobrepondo, dominando-as.

No território do Império, legado delimitado formalmente no século XVIII pelo Tratado de Madrid, havia um conjunto de Nações composto pelas Nações

⁹ À boa sociedade também cabia a ordenação do mundo do governo (Mattos, 1994, p.111).

brasileira, africana, crioula e indígena, as três últimas designadas pela primeira como “as outras nações”. No caso do Brasil, ao mesmo tempo em que se formava a Nação a partir da independência, evidenciava-se a necessidade de admitir a coexistência de todas as Nações que conviviam no território, sem que elas fossem homogeneizadas. Não interessava, aos que compunham a Nação brasileira, a possibilidade da homogeneização; não lhes interessava, tampouco, o desmantelamento das outras nações. Era essencial que todas fossem mantidas, na medida em que ocupavam o território, relevância expressa pelo Duque Silva-Tarouca ao registrar que “a povoação é (...) o tudo: não servindo de nada muito mil léguas de deserto” (apud Mattos, 2005, p. 15). Interessava-lhe homogeneizar a si própria por meio de um processo de direção e impor-se às demais pela dominação.

Uma Nação brasileira, espaço de uma expansão *sui generis* que se delineava ao mesmo tempo em que a Nação era constituída, o que ocorria em concomitância com a construção do Estado imperial, composta por brancos proprietários, superiores não apenas às outras nações que habitavam o território, mas também aos outros brancos não proprietários, portanto cidadãos não ativos, concepção que traz em si tanto a idéia de uma rígida hierarquia, quanto a de desigualdade e que encontra eco no trabalho de von Martius, também permeado pelo marcante uso de critérios classificatórios expressos pelo uso das palavras inferior e superior para se referir aos elementos formadores do homem aqui nascido. Trata-se de uma dissertação de 1847 - premiada pelo IHGB – que recebeu por título “Como se deve escrever a História do Brasil”; nela o autor registrou que qualquer um que se propusesse a tal trabalho não poderia deixar de enfatizar os elementos que concorreram para o desenvolvimento do homem dessa terra, sendo um deles a mescla – apresentada pelo autor como vontade da providência - das três raças: a branca, a americana e a preta ou etiópica, todas contribuindo com suas respectivas particularidades físicas e morais. Nesse trabalho, von Martius enfatizou a superioridade do elemento branco: “O sangue português em um poderoso rio deverá absorver os pequenos afluentes das raças índia e etiópica. Em a classe baixa tem lugar essa mescla.”¹⁰ von Martius se inclinava

¹⁰ MARTIUS, Karl Friedrich Philip Von. **Como se deve escrever a História do Brasil**. Rio de Janeiro: IHGB, 1845. p. 31.

“a supor que as relações particulares, pela quais o brasileiro permite ao negro influir no desenvolvimento da nacionalidade brasileira, designa por si o destino do país, em preferência de outros estados do novo mundo, onde aquelas duas raças inferiores são excluídas do movimento geral, ou como indignas por causa do seu nascimento, ou porque o seu número em comparação com o dos brancos, é pouco considerável e sem importância.”¹¹

Retomo a importância do território, registrada no próprio texto constitucional, como elemento mediador da relação nascimento-nação. O legado, o “continente”, como foi dito no século XIX, “parecia encontrar o seu conteúdo”, precisava encontrá-lo, para inclusive, preservar a própria integridade. Esse era o trabalho a ser feito e se constituía em uma tarefa complexa.

Mas sobre essa parte do legado, o território do Império, criação do Estado imperial – pois até então vigorava a concepção de território como um plano local – e um dos elementos de determinação de quais indivíduos constituiriam a Nação brasileira, reside uma das particularidades do Império do Brasil: o seu domínio espacial era limitado, o que, trabalhando-se com a idéia de um império que por definição era expansivo, ressalta a relevância a ele conferida. Uma expansão nos moldes tradicionais era inviável para o Império devido à política externa da Inglaterra e ao processo de conformação dos Estados hispano-americanos. A impossibilidade do Império expandir os seus domínios foi o determinante para que os dirigentes do Estado Imperial definissem uma outra estratégia, optando por aprofundá-los, por consolidá-los de forma ímpar, através de uma expansão voltada para dentro, realizada sobre um território de dimensão simbólica, constituído por aqueles que formavam a Nação brasileira.

Interessante examinar com atenção o que fora enunciado por Saint Hilaire pouco após a emancipação política: “Havia um país chamado Brasil; mas absolutamente não havia brasileiros”¹²; está dito que conformar os brasileiros era essencial. Já nos anos que se seguiram à independência, os novos cidadãos do Império do Brasil não mais se consideravam portugueses americanos, mas não haviam deixado de se sentir pernambucanos, paulistas, mineiros, fluminenses, o que evidenciava a prevalência das identidades locais e regionais oriundas do período colonial. Saint Hilaire jogou luz sobre a necessidade de serem

¹¹ Ibidem, p.32.

¹² HILAIRE (apud MATTOS, 2005. p. 16).

constituídos os brasileiros, de se sobrepor às identidades preexistentes, a identidade nacional, tarefa a que os que a partir de 1836/1837 se tornaram os regentes de um tempo, se dedicaram com devoção.

A associação do continente ao respectivo conteúdo, pela constituição do mesmo, implicava na delimitação e no processo de conformação de um outro território, simbólico, tão importante quanto o território do Império e que a ele se articulava tão firmemente que formaria um todo indissociável, garantidor da unidade. Refiro-me aos brasileiros, espaço mor de um processo de expansão a que os Saquaremas e seus interlocutores dedicaram seus mais refinados esforços, utilizando-se de recursos de matriz cultural a serem implementados - em momentos diversos e sob múltiplas formas - e apresentados aos súditos do Império para aglutiná-los ao redor de valores e de concepções que os homogeneizassem, o que contribuiria para a preservação da Ordem imperial.

Apresentando-se como herdeiros de um território contíguo e preservado na sua integralidade e de um nome, Império do Brasil, os homens que se colocaram à frente da luta contra as Cortes portuguesas ao longo dos anos de 1821 e de 1822; dados os riscos, as ameaças e as grandes tensões que então vigiam, designavam-se por brasileiros, adotando o nome que Silvestre Pinheiro Ferreira havia utilizado – partido brasileiro - para se referir aos que se contrapuseram às medidas aprovadas pelas Cortes portuguesas que lhes ameaçavam os projetos. José Bonifácio de Andrada e Silva e seus dois irmãos, Antonio Carlos e Martim Francisco, Evaristo da Veiga, Januário da Cunha Barbosa, Joaquim Gonçalves Ledo e Clemente Pereira estavam entre aqueles cuja ação política bem sucedida foi comemorada como a Independência do Brasil.

Os homens de 1822, no Centro-Sul, defendiam a unidade do território, patrimônio de grandeza maior, o que é evidenciado por José Bonifácio, a quem novamente recorro e que ao se pronunciar, em abril de 1823, sobre a Guerra de Independência no Pará, deixou-nos significativa evidência sobre a relevância dessa questão ao afirmar que “não podia o Pará separar-se impunemente do todo a que pertence, nem S.M. consenti-lo, depois de ter jurado a defesa e conservação dos direitos de seus fiéis súditos, e a integridade do território do Império”¹³;

¹³ Mattos, Ilmar Rohloff de. **Do Império do Brasil ao Império do Brasil**. 2004. p. 5.
A Guerra de Independência deve ser entendida não como a simples vitória seguida da expulsão das tropas leais às Cortes mas, especialmente, como o primeiro movimento de expansão do Império

também confirmaram o papel do Rio de Janeiro, “cabeça” do novo corpo político. Ao longo dos anos seguintes, alguns desses homens e os que os sucederam na construção e na condução do Estado imperial afirmaram seus projetos e suas propostas sobrepondo-os aos de outras regiões do Império, valendo-se de meios diversos, utilizando-se inclusive de medidas de força. No inventário do legado por eles deixado está a afirmação do nome “Império do Brasil”.

Um Império correspondendo a um Estado e a uma Nação – eis aqui o que diferenciava o recém surgido Império do Brasil da antiga concepção atribuída ao termo. Temos também o referencial da modernidade, padrão que decorreu das transformações de matriz política vividas na Europa Ocidental e nas antigas colônias inglesas na América a partir da segunda metade do século XVIII, quando se desagregaram os velhos impérios e se formaram os novos Estados Nacionais. Sob a égide da modernidade pautada pelos princípios liberais, Estados Nacionais eram todos aqueles em que os homens eram juridicamente iguais, falavam a mesma língua, habitavam o mesmo território, tornando-se, então, detentores de uma exclusividade, pois segundo o ponto de vista revolucionário, a nação tem algo em comum e o que caracteriza a equação povo-nação é o fato dela, a nação, representar o interesse comum acima dos interesses particulares. A palavra, impregnada pelo sentido fundamentalmente político, sob o qual estavam articuladas as concepções de povo e Estado, se refere a “um Estado ou corpo político que reconhece um centro superior de governo comum” ou “o território constituído por esse Estado e seus habitantes, considerado como um todo”.¹⁴

Herdeiros, no contexto da emancipação política que fora tecida no Rio de Janeiro e em cujo transcurso suas vidas foram matizadas, sem dúvida, pois assim se apresentaram aos de seu tempo; mas - atrevo-me a estabelecer uma ordem de grandeza – acima de tudo, construtores. Primeiramente articuladores de um projeto cujos contornos – e limites constituídos a partir do lugar social de que elevaram as suas vozes - já se evidenciavam com clareza quando, logo após o 7 de Abril de 1831, Evaristo da Veiga bradou “Queremos a Constituição; não queremos a Revolução” (apud Mattos, 2005, p.11). O prestigiado livreiro, redator da Aurora Fluminense que se elegera deputado geral, usou a primeira pessoa do

para preservar a integridade da herança recebida, pela subordinação das províncias ao Rio de Janeiro.

¹⁴ Dicionário da Real Academia Espanhola (apud Hobsbawn, 1991, p.27).

plural ao se expressar; falava por si, mas sem dúvida evidenciava o ponto de vista dos que lhe eram iguais.

Evaristo da Veiga e os que pensavam como ele rejeitavam a revolução que trazia em si o desmonte de um padrão de ordem, condição associada à anarquia, elemento compatível com o estado de barbárie¹⁵ inerente aos povos cuja trajetória ainda estava comprometida pelo atraso. Os dirigentes do Estado imperial entendiam que o processo de constituição de uma ordem fora assegurado pela independência no dia 7 de Setembro de 1822; por isso os conservadores a entendiam como uma revolução, compreensão considerada à luz da historiografia da Restauração, que associava à revolução a idéia de restauração: o domínio metropolitano havia se tornado uma ameaça ao processo de construção de uma ordem cujas bases foram estabelecidas no período colonial. Por isso a proclamação da independência não foi vista como uma ruptura com o passado, não foi entendida como o início de um novo tempo, mas foi percebida como o ponto de chegada, pois viabilizara a restauração de uma ordem que, proveniente do período colonial, se via ameaçada pela ação metropolitana. Significava para eles – e assim o fora apresentada – como a vitória do povo sobre o governo absoluto; fora entendida como “uma grande revolução de princípios” (Mattos, 1994, p.144); foi a coroação do movimento de constituição da sociedade, o que nos faz considerar a idéia de evolução, a marcante evidência do progresso.

A independência representara uma mudança dentro da ordem: não destruiu a hierarquia social pré-existente, preservou os privilégios políticos e econômicos da camada senhorial e a partir dela nasceu uma sociedade civil extremamente seletiva (Alonso, 2002).

O passado era apresentado como elemento de explicação, de elucidação do presente¹⁶, o elemento dele forjador. Caberia aos homens ilustrados estudá-lo, refletir sobre seus testemunhos, aproveitar-lhe as lições e, dessa forma, evitar a repetição de erros que poderiam ter um custo expressivo ao atrasar a marcha da sociedade em direção ao futuro, ao Progresso, elemento inerente ao estágio da

¹⁵ Noção casada à de civilização; sem uma categoria, não existe à outra. Starobinski (2001, p.20) condensa essa idéia ao citar François Hartog, segundo o qual “Sem gregos não há bárbaros”

¹⁶ KOSELLECK (2006. p. 42), trabalha a *Historia magistra vitae*, recorre à Grande enciclopédia universal de Zedler, onde encontrou uma referência de 1735 que recomendava que “no que se refere àquilo que nós mesmos não podemos vivenciar, devemos recorrer à experiência de outros”, o que torna a História um conjunto de experiências alheias que devem ser apropriadas com um intuito pedagógico.

Civilização, horizonte de expectativa escolhido pelos dirigentes imperiais, para os quais o passado, devido ao peso do seu legado, seria o elemento prioritário para a construção do presente e para a preparação do futuro.

Deve ser ressaltado que o rompimento com o Poder metropolitano não poderia e nem deveria ser entendido como rompimento ou elemento redutor do Poder centralizado, também apresentado como herança do período colonial e reforçado pela instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro. A esse respeito José Bonifácio, em sua Memória de 1815 (Mattos, 2005, p.20), destacou a relevância do princípio aglutinador de um corpo político por meio da exaltação da preservação de uma autoridade única e centralizada (Mattos, 2005). É ainda ao grande Andrada que devemos ouvir quanto à questão primordial da preservação da herança recebida; ele enfatizou a relevância da centralização, associando-a não apenas ao regime monárquico sob a forma constitucional, “a liberdade bem entendida, e com estabilidade” - argumento amplamente utilizado pelos dirigentes imperiais ao longo dos anos de 1850 e de 1860, momento em que a figura e os feitos do primeiro imperador também foram relidos, redimensionados e reapresentados aos súditos – mas à implantação da Ordem imperial.

Em meados do século XIX o território estava assegurado, a Nação brasileira conformada e sobreposta às outras nações que habitavam o mesmo território, certas idéias já haviam penetrado a massa da população pois já havia uma identificação com um modo geral de sentir.

O Visconde do Uruguai falara, em 1838, da constituição da identidade nacional.

1.2. Consolidando o legado: uma questão de identidade

Se o púlpito, o jornal e o teatro são três livros de educação, e três grandes elementos de perfeição moral e social, é preciso que o homem que ouve o sacerdote pela manhã, lê o periódico ao meio-dia, e vai ao teatro à noite não encontre três morais diversas. Onde há falta de unidade, há desordem.¹⁷

¹⁷ Porto Alegre. “Apontamentos sobre a Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro” (apud Squeff, 2004, p.93).

*“Se em toda a parte o trono tem necessidade de esplendor e de ganhar corações pela sua liberalidade e magnificência, muito mais o tem o do Brasil, cercado de Repúblicas e povoado por homens que não conhecem outras distinções que ser brancos e ter dinheiro”.*¹⁸

Sobre o território reside uma das particularidades do Império do Brasil, que não pode transcender o seu espaço, por já ter nascido limitado em seu domínio espacial - quer pelas intenções inglesas, quer pela configuração dos Estados hispano-americanos – o que, trabalhando-se com a idéia de um império que por definição era expansivo, ressalta a relevância ao primeiro conferida: preservá-lo tal como fora recebido era essencial, condição que foi evidenciada com ênfase pelo Marquês de São Vicente ao se referir a ele como a “sua mais valiosa propriedade; a integridade e a indivisibilidade dele é de mais a mais não só um direito fundamental, mas um dogma político. É um atributo sagrado de seu poder e de sua independência; é uma das bases primordiais de sua grandeza exterior” (apud Mattos, 2006, p.12), e para tal, voltemos a Saint Hilaire, era necessário, premente, conformar os brasileiros, para que estes - território simbólico do Império, esclarecidos pelos benefícios do processo civilizatório - garantissem por meio da comunhão dos princípios constitutivos da identidade nacional, a preservação do trono sob os auspícios da Ordem, sob o signo da unidade.

Detentores de um legado duplo, os dirigentes saquaremas efetivaram realizações, como já foi enunciado: construíram o Estado imperial, constituíram a Nação e a si próprios, como classe senhorial, na medida em que esta ainda não estava formada; daí se depreende que ao fazer o exercício do convencimento e da conformação dos brasileiros, eles também apuravam os próprios contornos e certezas. Dedicaram-se, enfim, a afazeres concomitantes e complementares, aos quais está referida a idéia de processo, o qual se estendeu ao longo de três décadas, ao fim das quais foi vitoriosamente consolidado sob a forma de uma grandiosa estátua eqüestre forjada em bronze e sobreposta a um imponente pedestal de granito.

No processo de construção do Estado-Nação, assumiu relevância a constituição de uma identidade nacional, que pressupõe seja marcada por uma

¹⁸ José Bonifácio (apud Sousa, 2001, p.343).

homogeneidade e por uma exclusividade pautada no pertencimento, condição administrada pelo poder habilitado, ao qual compete excluir e incluir, determinar quem está dentro e, portanto, faz parte e quem está fora.

Esse poder habilitado, dotado de caráter hierárquico, tem as suas bases assentadas não apenas em fundamentos materiais ou na afirmação da obediência dos súditos, mas em especial, na condição da legitimidade, o que lhe permite ser designado pela palavra autoridade, que abarca a idéia de dominação, entendida como a capacidade de fazer com que uma ordem seja seguida por um determinado grupo de indivíduos¹⁹. E para que tal ocorra não se considera apenas um conjunto de recursos pautados por meios violentos, que se valham da coerção – se bem que no horizonte da obediência política sempre se admite a possibilidade da coação –, mas também de meios outros que permitam aos que detêm o poder, influir no comportamento dos que lhe são subordinados. É exatamente nesse espaço que se encontram os recursos escolhidos pelos dirigentes do Estado imperial para conformar os brasileiros por meio do convencimento. Esse poder, típico das sociedades modernas, fundamenta-se na crença da legitimidade e sua fonte é a lei: são os ordenamentos jurídicos que lhe definem a função (Bobbio, Matteuti e Pasquino, 2004).

São essas as bases teóricas que nos permitem compreender a formação do brasileiro, resultado principal do processo sobre o qual me debruço e ao longo do qual ele foi sendo conformado por instrumentos de convencimento ligados à direção saquarema, que necessitava garantir o exercício de uma sólida autoridade.

Para que tal se efetivasse tornou-se necessária a montagem de uma estrutura administrativa formada por um corpo de agentes, o que levantava as questões relativas à língua, à instrução pública e à educação, e a definição de mecanismos que gerassem a identificação dos cidadãos ao Estado e lhe garantisse a lealdade dos mesmos.

Esse Estado, recém formado, estava intimamente vinculado à nação, uma individualidade histórica criada a partir da escolha política dos seus potenciais componentes, portanto pautada pelo consentimento²⁰. Para que essa nação se consolidasse era essencial que os dirigentes saquaremas elencassem o que deveria ser lembrado, ressaltando continuamente um legado pleno de valores, fruto do

¹⁹ WEBER (apud LEBRUN, 2003).

²⁰ LAVISSE (apud HOBSBAWM, 1991).

esforço de alguns ou de muitos, mas também o que deveria ser esquecido, pois se na essência de uma nação estavam presentes elementos diversos que compunham um patrimônio comum, certamente havia, também, o que precisava ser esmaecido pelo véu do esquecimento, para que tensões fossem amainadas até o desaparecimento e para que pudesse ser consolidada uma comunhão de valores, interesses, afetos, lembranças e esperanças.²¹

Renan, no século XIX, apresentou a nação como uma alma constituída por um patrimônio de lembranças e pelo consentimento dos que a formavam, decorrentes do desejo de viver juntos e de perpetuar o legado recebido. O que a preservava era o consentimento constantemente reafirmado.

Nutridos por essa convicção, os dirigentes saquaremas, ainda que enfrentando ameaças à sua legitimidade e coesão, bem como a ação de algumas forças de subversão – algumas das quais provenientes do seio da própria boa sociedade – precisavam delinear e consolidar novas e significativas formas de lealdade cívica, criar o que Rousseau traduziu por uma verdadeira religião cívica. A exemplo dos novos Estados–Nação, o Império do Brasil requeria, mais do que a passividade dos seus súditos, o florescimento de um significativo sentimento nacional, de um forte patriotismo, ambos decorrentes da afirmação da identidade nacional. Ainda a exemplo desses mesmos Estados, o Império do Brasil tinha a premência de delinear e de afirmar a coesão dos contornos de suas esferas social e política.

O poder habilitado já havia consolidado a sua ação na esfera da sociedade, na definição das hierarquias e na delimitação dos direitos políticos.

Os momentos de crise enfrentados pelos que detinham o poder oportunizavam a reafirmação, por meio de justificativas, do que fora implantado e de por que o havia sido, ocasiões em que esses princípios e práticas eram reapresentados como os recursos habilitados a conduzir o Império aos horizontes previamente definidos, promovendo a contínua e firme ratificação de um credo político.

Esses valores se cristalizaram na tradição político-intelectual do Segundo Reinado que demarcou as bases a partir das quais a boa sociedade se via, se compreendia e lançava seus olhares sobre as outras nações e sobre as outras

²¹ RENAN (apud Rouanet, org., 1997).

frações sociais. Em geral, textos escritos foram as respostas às ameaças provenientes dos debates parlamentares.

As concepções que serviram de base para a constituição das instituições do Segundo Reinado o foram sob o impacto do autoritarismo do governo de D. Pedro I e da anarquia que demarcou fortemente o Período Regencial; a Ordem imperial, ainda que circunscrita ao centro de poder e às regiões a ele mais próximas, era apresentada como superior às experiências vividas nos dois momentos anteriores, sendo confrontada, especialmente, com a desordem do período que se estendeu de 1831 a 1840, quando a anarquia ameaçara o patrimônio da boa sociedade. As tensões da regência fizeram com que a liberdade fosse apresentada como uma questão de responsabilidade pública e não como um direito individual.

Os dirigentes do Estado imperial tinham a percepção de que apenas um território unificado não teria condições de conter a ação das forças contrapostas à ordem ainda existentes no seio dos que habitavam o Império. Esses homens mantinham-se atualizados em relação ao que transcorria na Europa e sabiam que somente medidas pautadas pela força não preservariam as desejadas e necessárias unidade e coesão de crenças e de valores. Tinham consciência da relevância da instituição de uma memória comum, da invenção de tradições, da divulgação de princípios, da divulgação de feitos heróicos, da produção de biografias que ilustrassem e ampliassem pelo exemplo dos brasileiros ilustres os horizontes das novas gerações, da criação e da afirmação de símbolos da pátria, da elaboração de rituais e de cerimônias. Os Saquaremas tinham, sem dúvida, os olhos pousados sobre o território, patrimônio maior do Império do Brasil, condição que lhes determinava a preservação da respectiva integralidade; mas também - e com igual perspicácia - os voltavam para um outro território, de dimensões simbólicas e estratégicas tão expressivas quanto as do primeiro - sobre o qual deveria se instaurar um processo de expansão que aglutinasse de forma consistente os brasileiros para que, conscientizados, se tornassem agentes mantenedores da ordem, o que permitiria a perpetuação da coesão da camada dominante.

Em síntese, uma impregnação de princípios, uma imersão de almas seletas em um seletto conjunto de valores que se desdobrariam em um credo gerador e mantenedor de um único padrão de atitudes. Era essencial fidelizar os brasileiros por meio da afirmação de uma identidade também em fase de constituição.

Essa era a única expansão necessária para o Império do Brasil. Mas era, também, a mais complexa e a mais sutil das expansões passíveis de serem efetivadas; nela não haveria medidas de força, como os expedientes usados ao longo do período regencial e no início dos anos da década de 1840, mas haveria embates políticos, exacerbados confrontos de idéias, trocas de acusações, verdadeiros duelos de memórias. O Império efetivaria esse singular expansionismo sobre si próprio; melhor dizendo, em direção aos brasileiros que se encontravam espalhados pela extensão do seu território, em direção aos súditos, à Nação brasileira. Desbravar almas e impregná-las por um credo comum - essa era a tarefa a que se propuseram os dirigentes imperiais; estava por ser constituída a expansão para dentro.

A zona alvo desta singular expansão já foi apresentada, a alma dos brasileiros. Mas deveria haver uma medida de profundidade a ser alcançada?

Creio que sim.

Necessariamente não se tratava de uma medida de natureza material; a unidade de valor que a pautaria deveria estar alicerçada no grau de convicção com que os brasileiros professassem os valores e vivessem as tradições implantadas, se inteirassem das letras, se emocionassem e se orgulhassem das estórias lidas, ouvissem os sons que ressaltavam os elementos nacionais, se admirassem e se encantassem com as obras de arte que louvassem temas e motivos ligados à terra e à história. E essa profundidade, uma vez alcançada e consolidada, se traduziria na condição almejada, a Civilização.

É pertinente acrescentar que ao final dos conturbados anos do Período Regencial, o Regresso e a Maioridade permitiram se antever a vitória da Ordem, o que se concluiu no final da década de 1840, tornando-se, então, prioritário o trabalho de aglutinar os brasileiros, considerados o território simbólico, buscando recursos no campo da cultura. Elementos dessa matriz seriam colocados a serviço da afirmação de um conjunto de valores já definidos: a arte se tornaria um recurso pedagógico, a língua se tornaria um código. O território simbólico, uma vez claramente demarcado, deveria ser garantido e sobre ele não havia como usar a força, afinal os brasileiros diferenciavam-se dos homens dos sertões, capazes de “horrores friamente perpetrados pela barbaridade, pela lascívia, pela vingança e

por outras paixões alheias à política”²². Para os brasileiros, as letras, as belas artes, os nobres materiais consolidando imagens e símbolos, forjando histórias e memórias. Os submissos das diversas Províncias haviam sido poupados²³; era necessário arrebata-los pelo entusiasmo nacionalista.

Passemos, então, a ver como esse processo se desenrolou.

A singular expansão com a qual trabalho, bem poderia ter tido como lema “ordenar, civilizar e instruir”²⁴, pois visando manter o Ordem e defender a Civilização, os dirigentes do Estado imperial procuraram alcançar a todos os que compunham a Nação brasileira, em um processo de expansão que foi, ao mesmo tempo, horizontal e, em certos casos, vertical, ‘pois chegou a se irradiar para alguns elementos da plebe, garantindo-lhe não apenas a própria expansividade – entenda-se, como classe – mas ainda a preservação dos paradigmas considerados primordiais, porque vinculados à questão da Ordem. Para tal, os dirigentes forjaram umas instituições e copiaram e adaptaram outras, elaboraram um corpo de leis, esforçaram-se por defender as Luzes e por difundí-las pelo Império. Nesse processo deram especial relevância à instrução pública, à educação e às belas artes.

A expressividade de uma ordem educacional ficou registrada na Constituição do Império do Brasil que, no item XXXII do artigo 179 (Mattos, 2000, p.34), determinou a gratuidade da Instrução Pública para todos os cidadãos. Instruir era o primeiro passo a ser regulamentado pelos dirigentes do Estado Imperial – convencidos da necessidade de uniformização e de centralização desse processo²⁵ – para que fosse garantida a evolução das condições de divulgação de uma cultura nacional, por isso ocupando um lugar de destaque no projeto político e de sociedade por eles traçado, o que foi registrado por João Manoel Pereira da Silva em 1851, quando Vice Presidente da Província do Rio de Janeiro, ao qualificar a instrução pública como “um dos ramos mais difíceis da

²² PAULINO, José Soares de Sousa (apud Mattos, 1994, p. 104-105). Prossegue o depoimento de Paulino, Soares de Sousa: (nos sertões, rebelava-se) “uma massa enorme de homens ferozes, sem moral, sem religião e sem instrução alguma, eivados de todos os vícios da barbaridade”.

²³ Reporto-me a Virgílio que em sua obra, Eneida, forjou a expressão “poupar submissos e debelar soberbos”.

²⁴ MATTOS, em “O Brasil em Lições” (2000, p.33), expressou dessa forma a amplitude da tarefa empreendida pelos dirigentes imperiais.

²⁵ Até mesmo um severo crítico da centralização política, José Liberato Barreto, reconheceu que da uniformidade e da homogeneidade do ensino parametrizado pelo Estado Imperial dependeria a unidade moral da nação. (apud Mattos, 2000).

administração; entretanto (...) forma o povo” (apud Mattos, 2000, p.40). Joaquim Manoel de Macedo, nas “Explicações” de Lições de História do Brasil também deixou registrada a importância conferida a essa questão ao afirmar que se tratava da “instrução de um povo nas artes e nas ciências que podem fazer a sua prosperidade moral e material. Isto é, que esclarecem o seu espírito e fazem o seu bem estar” (apud Mattos, 2000, p.41).

Consciência e ação caminhavam par e passo, de tal forma que complementando e operacionalizando tudo o que era dito e publicado, os dirigentes imperiais criaram, em 1827, os cursos jurídicos de São Paulo e de Olinda, inauguraram o Observatório Astronômico²⁶, na Corte; em 1832 foram criadas a Faculdades de Medicina de Salvador e do Rio de Janeiro; a seguir foram fundadas a Companhia de Arte Dramática Nacional, a Sociedade Filarmônica do Rio de Janeiro e o Teatro da Praia. Em 1836 foi editada em Paris, Niterói, Revista Brasiliense de Ciências e Letras, sendo que os estudos críticos publicados em seu primeiro número estabeleceram o ponto de partida o nacionalismo literário no Brasil. Também se iniciou um processo de renovação literária baseado em dois pilares, o Nacionalismo e o Romantismo, estilo literário que destacou a individualidade da sociedade brasileira, do que decorreu um estilo genuinamente nacional que se estendeu a campos diversos, como a poesia lírica, o romance, o drama, o jornalismo e a eloquência. Segundo Afrânio Coutinho, esses canais diversos permitiram que o povo afirmasse, por meio de um conjunto de vivências comuns, a sua individualidade e a alma coletiva (apud Mattos, S. 2000), sublinhando os traços constitutivos da nacionalidade e reforçando o pensamento conservador que regia os tempos da Reação.

Sob a perspectiva com que trabalho, ainda havia muito a ser feito e muito também já havia sido concretizado: em 1837 foi criado o Imperial Colégio Pedro II, um grande colégio público de instrução secundária, inaugurado em março de 1838, ano em que foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao qual cabia “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e a geografia do Império do Brasil, e assim também promover o

²⁶ Quanto ao Observatório, cabia-lhe medir e marcar o tempo – outra das muitas novidades da modernidade – pois uniformizava a vida dos que habitavam o território do Império, alinhando-a à dos que habitavam as nações consideradas civilizadas (Mattos, 2000, p.41).

conhecimento destes dois ramos filológicos por meio do ensino público²⁷. Abreu e Lima publicou, nos anos de 1840, o primeiro compêndio de História de Brasil, voltado para o ensino da disciplina e Varnhagem, em 1854, publicou o primeiro volume da sua História do Brasil²⁸, ambos os autores concretizando, por meio dos respectivos trabalhos, as metas expressas pelo IHGB. Folhetins eram publicados, contribuindo para o aumento do número de leitores.

Criando instituições, defendendo e implantando princípios, produzindo no campo literário, publicando artigos em jornais por eles também impressos, freqüentando os teatros, rindo das comédias, emocionando-se com os folhetins, freqüentando os cursos superiores, produzindo obras de arte, discursando no Parlamento e ministrando aulas, entre outras atividades, os saquaremas²⁹ possibilitavam a difusão da Civilização no seio da boa sociedade e eram, ao mesmo tempo, conformados pela sua própria obra, processos já ditos concomitantes e complementares.

A realização da obra civilizatória acabou por gerar uma verdadeira revolução centrada no livro (Mattos, 2000), elemento de circulação ampla e garantida no espaço da boa sociedade. Esse consumo alavancou a multiplicação de tipografias, livrarias e bibliotecas e de gabinetes de leitura, o que por sua vez alimentou o crescimento do número de leitores e de ledores e intensificou e

²⁷ MATTOS, 2000. p. 43- 44.

²⁸ Varnhagen, envolvido no projeto da criação da identidade e da afirmação do nacionalismo, revelou todo o seu compromisso com a causa nesse trecho de uma carta escrita ao imperador D. Pedro II em 14 de julho de 1857: “o motivo por que empreendera o Florilégio e escrevia biografias de Brasileiros de todas as províncias era para assim ir enfeixando-as todas e fazendo bater os corações dos de umas províncias em favor dos de outras, infiltrando a todos os nobres sentimentos de patriotismo de nação, único capaz de desterrar o provincianismo excessivo. [...] Em geral busquei inspirações de patriotismo sem ódio a portugueses, ou à estrangeira Europa que os beneficia com ilustrações; tratei de por um dique a tanta declamação e servilismo à democracia, e procurei ir disciplinando produtivamente certas idéias soltas de nacionalidade” (“Carta ao imperador Dom

Pedro II, 14 de julho de 1857”, in Correspondência ativa. Rio de Janeiro: INL, 1961.p.246). Podemos ler também na carta para o Imperador, além do profundo envolvimento com a questão da constituição da nação e do fortalecimento do nacionalismo, outras duas relevantes referências: está evidenciada a importância da Europa, que legava ao Brasil um padrão civilizatório pautado no esclarecimento e está indicada a repulsa saquarema pela democracia, a grande matriz da República norte americana, mas no Império considerada um excesso impróprio vinculado às forças da desordem. Por isso os “Brasileiros” precisavam ser amalgamados pela educação.

²⁹ Deixo aqui, brevemente registrado um esclarecimento, na medida em que esse assunto será desenvolvido extensamente no 3º Capítulo dessa dissertação: ao me referir aos saquaremas, não abarco apenas a cúpula do Partido Conservador, que deteve em suas mãos a direção do Estado imperial, mas a todos aqueles que abraçaram e se comprometeram com o projeto em questão, homens que atuavam em campos diversos e complementares, profundamente imbuídos da consciência da importância de seus fazeres para a consolidação do projeto de política e de sociedade em implementação.

acelerou a circulação dos princípios articulados aos ideais da boa sociedade. O livro desempenhou, também, um outro papel, tornando-se um elemento de diferenciação entre os componentes da boa sociedade: demarcou os que sabiam ler e os que não tinham essa habilidade, o que se havia tornado algo bastante sério, pois - inclusive - a não instrução das mulheres já deixara de ser vista com um designativo de nobreza desde meados do Período Regencial. Além disso, uma significativa parcela da intelectualidade passou a ser formada por elementos não pertencentes aos quadros da Igreja, cujo secular monopólio sobre o saber fora quebrado, o que abriu espaço para a afirmação da ordem civil.

Em paralelo a essa ampla circulação de idéias, tendo sido também um agente dinamizador da mesma, houve um avanço significativo na ligação da Corte com as outras Províncias litorâneas em decorrência dos progressos verificados na navegação a vapor. Aproprio-me de uma idéia trabalhada, a bem da verdade, em outro contexto por Alonso (2002) para expressar, com precisa objetividade, o que estava acontecendo: as idéias estavam em movimento, o que se desdobrava na afirmação das mesmas e no convencimento delas decorrente.

E para tal, a língua e a literatura brasileiras cumpriram importante papel. Passemos a elas.

A padronização de uma língua brasileira tornara-se tarefa essencial para o processo em curso, na medida em que trazia em si, mais uma vez, a idéia de uma perseguida uniformização entre os brasileiros, o que nos reporta à questão da identidade, sendo para tal necessária a depuração, entre outras coisas, dos africanismos que tanto a desqualificavam e o afastamento de um padrão vigente em Portugal. José de Alencar, no prólogo de *Sonhos d'Ouro*, se referiu à importância de “se desbastar o idioma novo das impurezas que lhe ficaram na refusão do idioma velho com as outras línguas”³⁰, tarefa a ser desempenhada por artistas, escritores e poetas, “nesse período especial e ambíguo da formação de uma nacionalidade”³¹. Alencar, muitas vezes ao portar a pena, se utilizava de expressões tais como “em português, ou antes, em brasileiro” como registrou Nelson Werneck Sodré (1951, p.14) enfatizando o compromisso do romancista com a linguagem brasileira, sua preocupação dominante, o que o fez por muitas

³⁰ ALENCAR. José de. In: **Sonhos d' Ouro**. José Olympio Editora, 1951. p. 36.

³¹ Idem.

vezes repetir que “a tendência de nossa literatura, como de nossa raça é, sem contestação, o americanismo”³².

Mas havia uma outra questão igualmente relevante: formar um padrão de linguagem significava também estabelecer uma “formação ideológica” que elucidaria a “visão de mundo” dos dirigentes imperiais, “[...] um conjunto de representações de idéias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo [...]” (Fiorin, 2004, p.32). A esse respeito é interessante recorrer a João Cabral de Mello Neto, que nos legou uma advertência por meio de seus versos: “Acabou vendo Joan Brossa/que nos verbos do catalão/tinham coisas por de trás/eram só palavras não.” (apud Fiorin, 2004, p.5).

No entremeio das palavras sempre há intenções, algumas vezes convenientemente tornadas difusas, mas que ainda assim preservam suas força e coerência: constituem-se elas nos fios muito bem definidos com os quais a camada dirigente constrói e consolida o seu discurso. A esse respeito Koselleck³³, ao refletir sobre a história dos conceitos, afirmou que cada um deles é um claro indicativo da existência de algo para além do plano da língua chamando, contudo, a atenção para que não se considere a língua como a última instância da experiência histórica e a história, apenas como um fenômeno de linguagem. No caso aqui estudado, o “algo” que ultrapassa o plano da língua é, como já houve referência, o projeto de direção dos brasileiros traçado pelos dirigentes saquaremas, no qual determinadas palavras e expressões ganharam significativa importância por serem depositárias de conteúdos considerados referenciais para os homens que compunham a Nação brasileira, o que significava a introjeção, nas mentes deles, dos padrões associados pelos saquaremas à ordem.

A relevância desse ponto está em que só existem idéias - compreendidas sob o sentido da comunicação verbal e não verbal - nos domínios da linguagem, do que decorre que para cada formação ideológica existe um correspondente discurso, palavras que concretizam uma visão de mundo que é, em conjunto com as palavras que a expressam, projetada para o futuro por cada uma das gerações ao longo do seu processo de aprendizagem lingüística, que, ao ser assimilada, permite que os homens construam o seu discurso. A importância da criação de

³² Idem, *ibidem*.

³³ KOSELLECK. **Uma História dos Conceitos**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 5. no. 10, 1992. p. 134-146.

uma língua brasileira, um dos instrumentos da direção saquarema, reside em que, da mesma forma que corresponde à classe dominante a ideologia dominante, também lhe corresponde o discurso dominante, afinal, se a linguagem é autônoma em relação às formações sociais é, também, determinada por fatores ideológicos.

Língua e literatura desempenhavam relevante papel no contexto da ação dos dirigentes saquaremas; Alencar, em *Benção Paterna*, se referiu à literatura como a alma da pátria, que havia transmigrado para este “solo virgem com uma raça ilustre, aqui impregnou-se da seiva americana dessa terra que lhe serviu de regaço”³⁴, legitimando a existência de uma literatura brasileira genuinamente articulada ao grandioso projeto de construção dos valores nacionais, espaço de atuação dos “poetas, escritores e artistas(...) os operários incumbidos de polir o talhe e as feições da individualidade que se vai esboçando no viver do povo”³⁵ ao longo do processo de formação da nacionalidade brasileira. Para Alencar, a tarefa do escritor era a de esculpir a nacionalidade pelos canais da literatura, não mais abafando rebeliões que, teimosamente, eclodiram, por muitos anos nas diversas regiões do Império, comprometendo não apenas a integridade do território, mas também a integralidade dos monopólios da classe senhorial. O Império do Brasil, em meados do oitocentos, já havia superado os tensos anos da Ação, sendo então essencial dar uma direção aos brasileiros.

É pertinente deixar registrado que todos os homens importantes do Império, os que compunham a elite cultural, fossem eles políticos, bacharéis ou magistrados, funcionários públicos de esferas diversas, eram também homens ligados às letras, o que nos permite divisar o horizonte da literatura ao longo do Segundo Reinado.

A preocupação com a condição da brasilidade também esteve presente em outro dos expoentes das letras, Gonçalves Dias, que deixou evidenciada a sua dedicação à criação de um padrão genuinamente americano, o que em seus trabalhos apareceu como um canto de exaltação à natureza da terra natal, o que se pode constatar pelo que nos foi deixado pelo próprio autor:

“Ando estudando para compor um poema – é por agora – a “minha obra” – Quero fazer uma coisa exclusivamente americana – exclusivamente nossa – eu a farei

³⁴ ALENCAR, José de. *Ibidem*, p.34.

³⁵ *Idem.*, *ibidem*, p.36.

talvez. Já que todo mundo hoje se mete a inovar – também eu pretendo inovar – inovarei – criarei alguma coisa que, espero em Deus, os nossos não esquecerão”.³⁶

Ao lado do comprometimento com a divulgação, por meio do enaltecimento, do que era exclusivo do Novo Mundo, a exuberante natureza dos trópicos, existe, enunciada, uma outra preocupação, a que se reporta à permanência da obra que, esperava Gonçalves Dias, fosse tão bela que “os nossos não a esquecerão”³⁷.

Há a ressaltar a importância conferida pelos dirigentes imperiais às belas artes, o que é a essência desse trabalho, que se irradia da história do poder para dois estudos de caso relativos à história do poder simbólico.

Por inúmeras vezes já me referi, e continuarei a fazê-lo ao longo dos próximos capítulos, ao que foi projetado pelos dirigentes saquaremas para educar, instruir, ordenar e sensibilizar, na medida em que havia um objetivo maior a ser alcançado. Atuando com singular expressividade em todas essas frentes, emerge a Academia Imperial de Belas Artes. Para Manuel de Araújo Porto Alegre, um dos seus mais proeminentes membros, as artes tinham um importante papel a desempenhar no processo de determinar sobre quais elementos, feitos, personagens e falas, entre outros, recairiam as ênfases, os que deveriam ser narrados para que fossem lembrados, bem como os que deveriam ser legados ao esquecimento. Chamaram a si, os que compunham a elite das artes e das letras, a tarefa de completar o que se iniciara no plano da política no dia 7 de setembro de 1822, pois entendiam que ao se colocarem a serviço da nação, passavam a ser também responsáveis por um conjunto de deveres, verdadeiras missões; desta forma ligavam à Nação os respectivos percursos ao contribuir para a construção do que propunham ser as bases sobre as quais a mesma seria erigida.

Os artistas do oitocentos estavam impregnados por valores elevados tais como religiosidade, fidelidade ao imperador e engajamento no progresso da Nação, elementos constantemente evocados. Formar uma cultura brasileira e contribuir para difundir-la era um dos seus sonhos. Esses homens também faziam parte dos que dirigiam a sociedade imperial - não se diferenciando dos que detinham o poder político em termos de formação intelectual e de atividade profissional – um grupo caracterizado pela homogeneidade de paradigmas, e se

³⁶ Correspondência ativa. Anais da Biblioteca Nacional, v.84, 1964, p.30.

³⁷ Idem, *ibidem*.

envolveram frontal e convictamente na construção da Ordem. Dada a elasticidade dos critérios de nobiliarquia da época, também foram considerados membros da Corte os que, como eles, artistas, transitavam nos círculos palacianos e prestavam serviços ao monarca.

Os mais destacados artistas, pintores, escultores e arquitetos compuseram os quadros da AIBA, instituição que se envolveu desde a sua inauguração com o que considerava ser uma especial missão: a efetivação do projeto civilizatório delineado pelos dirigentes imperiais. Deveriam, os expoentes das artes, além da produção de quadros e de monumentos, responsabilizar-se pela construção de edifícios públicos e pela elaboração e implantação de projetos urbanos – entenda-se a reforma de ruas e de bairros – contribuindo de uma forma pontual para a boa reputação do novo regime entre as consideradas nações de porte maior. Fortes eram os vínculos entre a AIBA, órgão do Estado sob proteção do monarca, e o governo.

Membros da Academia estiveram envolvidos no processo da construção das tradições no Império do Brasil, processo articulado pela camada dominante que sempre evidenciou – inclusive através do mesmo – a sua superioridade, estimulando a obediência dos que lhe estavam subordinados. As belas artes, com destaque para a pintura, a escultura e a arquitetura, tornaram-se os núcleos desse processo de sensibilização e de convencimento dos brasileiros. Foram veículos para a afirmação dessas tradições o desenvolvimento da educação primária, a produção de manuais escolares muito bem cuidados, a invenção de cerimônias públicas e a preparação de espaços apropriados para as mesmas, a construção de monumentos, na verdade, lugares de memória e vínculos visíveis entre o Estado e os súditos. Pintores, escultores e arquitetos deram uma privilegiada contribuição para a fundação da nacionalidade e para a afirmação dos valores a ela afins nas almas dos brasileiros, tornando-se também agentes envolvidos na construção da memória oficial; o trabalho desses homens à frente da Academia – como professores, inclusive - sensibilizou e educou os olhares dos brasileiros.

Dentro desse contexto a Academia, ao dar as diretrizes da produção artística imperial, atuou na fundação de uma cultura singular que demarcou e ao mesmo tempo divulgou os elementos nacionais e deu uma contribuição das mais significativas, para a transformação do recém fundado Império do Brasil em uma civilização. Porto Alegre em especial, via nas artes “potencialidades para

transformar a sociedade imperial em uma nação culta e peculiar” (apud Squeff, 2004, p. 24).

Ao longo do oitocentos muitos homens das artes, pertencentes aos quadros da Academia, tiveram atuação fundamental na produção e na posterior consolidação de fatos memoráveis da história da nação e do Império brasileiro, comprometendo-se visceralmente nessa tarefa, verdadeira missão, desempenhando com competência ímpar o papel que lhes foi reservado e que fora abraçado com plenos entusiasmos e convicção. Através das respectivas obras, tornaram-se co-autores do projeto de constituição da identidade nacional e da tecitura de uma memória oficial do Império, esta alicerçada sobre o 7 de setembro de 1822, apresentado oficialmente como um marco, um acontecimento pacífico decorrente da vontade do Príncipe e pautado pelos princípios da ordem, da civilização e da unidade.

A arte produzida na AIBA desdobrava-se em dois temas específicos, a pintura de paisagem, que contemplava os registros da exuberante natureza brasileira, e a pintura histórica, a cargo da qual estavam os registros dos mais significativos acontecimentos da história do país, dentre os quais reinava soberana a questão da proclamação da independência.

A Academia participava ativamente da definição e da afirmação da identidade nacional e da memória oficial, tendo-se tornado a instituição onde se constituiu a relação entre arte, nação, civilização e memória. As obras a ela vinculadas foram dotadas de caráter histórico, pois sempre tiveram a intenção de registrar um fato histórico ou um personagem significativo na memória dos brasileiros, assim contribuindo para a consolidação da nacionalidade e para o engrandecimento da nação.

Temos, como já vimos, um Império que nasceu limitado à conformação do território que herdara e que, para preservar o legado dentro dos paradigmas de Ordem traçados pelos dirigentes saquaremas, os quais garantiriam os interesses e a homogeneidade da camada senhorial, precisaria consolidar o seu domínio sobre os brasileiros utilizando-se de mecanismos de convencimento, de instrumentos de sensibilização, de recursos de encantamento. Doutrinar as almas era necessário.

Em direção a elas, às almas dos brasileiros, a expansão para dentro. Porque é exatamente neste território que ficam registradas as mais expressivas e profundas convicções.

Para atuar nesse domínio, o belo, que inspira e encanta - apresentado sob a forma grandiosa da primeira estátua equestre erigida no Império, em 1862³⁸, e posteriormente pelo magistral trabalho de Pedro Américo, o quadro Independência ou Morte³⁹, de 1885 – foi o elemento por mim escolhido para comprovar a singular expansão efetivada pelos dirigentes do Estado imperial, colocando a arte a serviço de intenções políticas, voltando-a para o prisma da construção da identidade nacional, da reafirmação de valores e de exemplos, para a ressignificação de um grande vulto, o primeiro imperador, aquele que acima de qualquer discussão, havia legado aos brasileiros a liberdade, descortinando-lhes um novo horizonte. O fundador do Império do Brasil.

Em 1862 os Saquaremas viviam o apogeu de sua direção, fase da consolidação da obra por eles empreendida, e desejavam comemorar essa concretização de forma singular. Fizeram, então, erigir um grandioso monumento, efetiva e simbolicamente sobreposto ao território do Império, ponto de referência da inserção de uma memória por eles arquitetada, na comunidade dos brasileiros⁴⁰. Para tal optaram por inscrevê-la, sob o bronze que revestiu a colossal estátua equestre de D. Pedro I, na praça pública, especificamente na Praça da Constituição, para legá-la às gerações futuras, enraizando-a no domínio da memória, perenizando-a a despeito do não querer dos Liberais e de todas as intensas polêmicas e acalorados, diria até, apaixonados debates. Reafirmavam-se o regime monárquico, a liberdade garantida pela Ordem, a integridade do território, a homogeneidade dos brasileiros; reafirmavam-se igualmente, os saquaremas e seu triunfante projeto: Estado imperial, classe senhorial e Nação brasileira estavam constituídos.

A estátua equestre do primeiro imperador era um verdadeiro texto: rico, imensamente polêmico, apaixonadamente defendido e rechaçado, pleno de autoritarismo. Nela está inscrito um capítulo da história política do Império do Brasil.

Passadas duas décadas, no tenso momento da crise dessa direção, os Conservadores – que apesar da passagem do tempo ainda compartilhavam e

³⁸ Ver Anexo 1.

³⁹ Ver Anexo 2.

⁴⁰ Esclareça-se que através da estátua equestre do primeiro imperador, a elite dirigente buscava definir o que era comum ao grupo ao qual ela se dirigia, o que o diferenciava dos outros grupos, dando base e intensificando sentimentos de pertencimento e evidenciando, mais uma vez, as fronteiras sociais.

defendiam a perspectiva de mundo dos seus antecessores - através da nova geração do partido, que ainda detinha a condução do Estado imperial, para resgatar a credibilidade do regime monárquico – rememorando-lhe a modernidade e a relevância ao associá-lo à liberdade e à Ordem - novamente lançaram mão de um recurso de encantamento, desta vez indiscutível, a construção de um verdadeiro panteão da independência em cujo espaço mor seria colocada a bela tela de Pedro Américo, no centro da qual estaria, mais uma vez, a figura do primeiro imperador.

Sob duas temporalidades que abarcavam conjunturas diversas, as mesmas intenções e a escolha do mesmo recurso testemunhavam a continuidade da expansão para dentro, pois preservar o território conquistado ainda era essencial.

Dessa forma o Império transcendeu o seu espaço, desdobrou-o, afirmou-o não apenas demarcando fronteiras, mas assegurando lealdades e, em 1885, procurando reafirmá-las.

A tecitura da teia, os brasileiros, estava concluída.